

Brasil acerta com os credores as reopções da dívida externa

■ Sai acordo que permite a bancos escolher novas alternativas

TEODOMIRO BRAGA

correspondente

WASHINGTON — O governo brasileiro e os bancos credores chegaram a um acordo final sobre as diretrizes para reopções dos bancos quanto à renegociação da dívida externa brasileira, segundo um comunicado divulgado ontem em Nova Iorque pelo Comitê dos Bancos Credores. Segundo o entendimento, o total da dívida a ser trocada por bônus ao par (sem desconto, mas com juros mais baixos) não poderá passar de 40%, e o limite máximo para troca por bônus com desconto (e com juros mais altos) foi fixado também em 40%.

O comunicado diz ainda que o ministro Fernando Henrique Cardoso e o vice-presidente do Citibank, William Rhodes, esperam concluir o acordo até o final do ano. Em Brasília se informou, antes da emissão do comunicado, que o Brasil pedira aos bancos que renegociam a dívida pública de US\$ 36 bilhões a prorrogação, de 31 de julho para 30 de novembro, do prazo

final para que o governo emita os bônus que vão substituir os títulos da dívida. O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, enviou telex aos bancos solicitando a extensão do prazo.

Foram oferecidos seis tipos de bônus, mas os bancos se concentraram pesadamente nos bônus ao par e no bônus com desconto. O Brasil exigiu, então, que fossem modificadas as opções para que houvesse um máximo de 40% de bônus ao par e 35% de bônus com desconto. O anúncio de entendimento feito ontem significa que os bancos concordaram com a mudança. No final, caso ainda não se tenha atingido os percentuais de interesse do Brasil, a diferença será rateada entre os 700 bancos credores.

O negociador da dívida externa, Pedro Malan, explicou que há um processo burocrático à frente mas que a possibilidade de prorrogação está prevista no acordo preliminar firmado com os bancos em julho do ano passado. Malan disse que o adiamento não se deve ao atraso na

negociação de um programa econômico com o FMI, exigência dos banqueiros para assinar a renegociação. "Só para analisar juridicamente os contratos básicos a serem assinados com os bancos, o governo vai demorar uns dois meses".

Para o negociador, que agora também será assessor especial do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, ainda haverá acertos finais com os bancos, o que demandará mais tempo. A equipe do ministro tentará acelerar nos próximos dias o detalhamento do plano de ação do governo, para tentar conseguir equilíbrio operacional nas contas públicas. Esse detalhamento será apresentado a uma equipe negociadora do FMI, que virá ao Brasil em junho. O país tem um acordo em suspenso com o FMI para o qual deverá obter perdão por não ter cumprido suas metas. A seguir, será acertada uma nova carta de intenções, dando ao país direito de voltar a receber créditos do FMI.